



Eixo 1 – Não deixar ninguém pra trás

Informação, prosa e axé: praxis da competência em religião na comunicação contra o racismo religioso

Information, prose, and axé: praxis of religious literacy in communication against religious racism

Eliane Silva de Sousa – Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) –
essousamg@gmail.com

Sophia Aguiar Vieira – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) –
sophiavieira.ufmg@gmail.com

Ana Paula Meneses Alves – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) –
apmeneses@gmail.com

Resumo: O presente estudo relata a experiência do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais na produção e disseminação da série de vídeos Informação, Axé e Prosa, que problematiza o racismo religioso e seus desdobramentos sob a perspectiva da Competência em Informação e da Competência em Religião. Argumenta que a promoção da Justiça Informacional também se desdobra no enfrentamento do racismo religioso. Trata-se de um relato de experiência, fundamentado em investigação teórica com abordagem bibliográfica e documental, embasada na literatura científica em Ciência da Informação, Sociologia, História, Comunicação e áreas correlatas.

Palavras-chave: Competência em Informação. Competência em Religião. Racismo religioso. Religiões de matrizes africanas. Pensamento crítico.

Abstract: This study reports on the experience of the Center for Studies and Research on Information Resources, Services and Praxis in the production and dissemination of the video series "Information, Axé and Prose," which addresses religious racism and its ramifications from the perspective of Information Literacy and Religious Literacy. It argues that promoting informational justice also involves confronting religious racism. This is an experience report, grounded in theoretical research with a bibliographic and documentary approach, based on scientific literature in Information Science, Sociology, History, Communication, and related fields.



Keywords: Information Literacy. Religious Literacy. Religious racism. Religious of african origin. Critical thiking.

1 INTRODUÇÃO

A Competência em Informação (CoInfo) traz em seu cerne a contribuição para que as pessoas consigam buscar, localizar, avaliar, usar e compartilhar a informação de maneira ética em benefício próprio ou coletivo. Nesse sentido, pode ser conceituada como processo de ensino-aprendizagem vinculado à justiça social, à equidade informacional e aos direitos humanos, com enfoque no fortalecimento do pensamento crítico, no exercício da cidadania e na emancipação social a partir do uso ético e responsável da informação.

A CoInfo pode oferecer importantes contribuições para a análise crítica e ética da informação de matriz religiosa e dos episódios de intolerância e racismo religioso, pois se fundamenta “[...] em estudos e ações de questões teórico-práticas, voltadas à aplicação de um processo de ensino-aprendizagem que foca no sujeito ou em determinados coletivos [...]” (Alves, 2023).

Nesse sentido, a CoInfo tem na Competência em Religião a sua vertente dedicada à análise de episódios que envolvem as religiões, bem como a informação produzida por elas, posto que influenciam a vida privada e pública, em todos os seus aspectos, sejam eles sociais, políticos, culturais e até mesmo econômicos.

Ao promover estudos, suscitar questionamentos e reflexões acerca da influência das religiões na sociedade, bem como ao problematizar suas relações de poder e suas intersecções com as várias dimensões da vida humana e os fatores que conferem maior respeitabilidade e credibilidade em detrimento de outras religiões, a Competência em Religião contribui para compreender e mitigar episódios de intolerância e racismo religioso tão recorrentes no cenário brasileiro (Moore, 2007; Sousa, 2024).

A pluralidade religiosa existente no cenário brasileiro não é fator de convivência pacífica entre as várias denominações religiosas. O canal de denúncias do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, o Disque 100, registrou 2.472 denúncias de intolerância religiosa no período de janeiro de 2025 a janeiro de 2026. A umbanda e o candomblé são os principais alvos de ataques, por isso este estudo traz como ponto focal essas religiões (Brasil, 2026).



Pautado no estudo e em aplicações da ColInfo em diversos contextos da sociedade, com foco em recursos, serviços e práxis informacionais, o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais (Nersi), por meio de suas linhas de pesquisa e pesquisadores, desenvolve programas e ações que contemplam as dimensões da ColInfo, bem como da Competência em Religião.

Desse modo, com o propósito de desmitificar e combater o racismo religioso, bem como os estereótipos negativos historicamente atribuídos às religiões de matrizes africanas, promover o debate social e crítico e promover a Justiça Informacional (JI) no contexto religioso, o Nersi vem desenvolvendo a série intitulada Informação, Axé e Prosa. A iniciativa é composta de uma sequência de vídeos explicativos voltados à apresentação da Competência em Religião e de sua relevância para a compreensão e o enfrentamento do racismo religioso no Brasil. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência do Nersi na divulgação da série de vídeos Informação, Axé e Prosa.

2 COINFO E COMPETÊNCIA EM RELIGIÃO

A ColInfo necessita contemplar em seu conceito o contexto religioso, dado o caráter dinâmico, influenciador e significativo que a religião exerce no cotidiano da vida humana, pois a criticidade no uso e o compartilhamento da informação de matriz religiosa podem contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, possivelmente refletindo na minimização de episódios de racismo religioso. Nesse sentido, a Competência em Religião agrega um conjunto de conhecimentos que permitem analisar de forma crítica e ética as intersecções religiosas nas múltiplas dimensões da vida humana.

Ao considerar a perspectiva dos estudos culturais adotada por Diane L. Moore (2007) e adaptá-la à realidade do campo religioso brasileiro, a Competência em Religião consegue analisar o racismo religioso desde a formação do Brasil colonial, com seus desdobramentos e adaptações, até a contemporaneidade, discutindo as relações de poder, formação e apagamento de identidades (Sousa, 2024).

Assim, a seção a seguir apresenta um breve histórico de como o processo de colonização e escravização fundamentado no racismo, aliado à imposição do



catolicismo, promoveu o memoricídio das culturas africanas aportadas nas terras brasileiras.

3 LEGADO ESCRAVISTA NO RACISMO RELIGIOSO NO BRASIL E O SURGIMENTO DO SINCRETISMO RELIGIOSO

Tanto no período colonial como no imperial brasileiro, “a religião católica não era só a oficial, mas a única permitida. Outras manifestações religiosas foram classificadas como heresia, feitiçaria, coisa do demônio” (Rogerio, 2024, p. 249). Além do preconceito, o estabelecimento dessa norma vinha do interesse dos traficantes e dos senhores de que fosse feita a desagregação do indivíduo escravizado de sua unidade social. Logo, a proibição do culto a uma ancestralidade africana era uma forma de desmonte da organização e unidade de um povo. Lembrando que, no tráfico transatlântico, pessoas de diferentes nações africanas eram separadas, a fim de que houvesse uma mistura de várias línguas e os elos culturais e familiares fossem rompidos pela logística e violência do tráfico para evitar insurreições e rebeliões (Schwarcz; Starling, 2018).

Entre as formas de disputa pelo culto em um regime hostil como o escravismo, houve também os levantes e revoluções, como, em 1789, o levante no Engenho de Santana, no Sul da Bahia, em que uma das reivindicações foi “brincar, folgar e cantar em todos os tempos que quisermos, sem que nos impeçam e nem que seja preciso pedir licença” (Rogerio, 2024, p. 249). A disputa por esse direito vem de um jogo semântico que disfarçava uma prática mais profunda. “Isso podia significar o puro e simples lazer quanto celebrações religiosas. Chamar de ‘brincadeira’ era uma forma de proteger os ritos. Uma forma de resistência” (Rogerio, 2024, p. 250).

O sincretismo religioso nesse contexto, surge resultante das relações de poder estabelecidas pelo colonialismo e pelo encontro e pela separação de culturas, forçando africanos e indígenas a esconderem suas identidades e memórias no contato forçado com figuras do cristianismo. Mas também se estruturou dentro das estratégias de proteção dos ritos e dos cultos desses povos.

O sincretismo, porém, deve ser analisado com o devido cuidado analítico para não passar por uma romantização que leva a anacronismos. Apesar de ser uma forma que foi utilizada pela ancestralidade negra diaspórica para resistir à repressão ao culto



de sua espiritualidade e das divindades, no passar dos anos, ele também foi constituído pela face do embranquecimento e da desagregação imagética. Por se constituir de duas condições gerais: “(1) o ajustamento exterior, de efeito superficial, e (2) a modificação da experiência interior, de reflexo mais íntimo e profundo” (Carmo, 2021, p. 413), o sincretismo ainda mantém a figura do Orixá escondida por trás de uma imagética cristã, o que dificulta a reafirmação de seu cerne negro e africano e a dissociação do controle de culto da branquitude.

4 NERSI E COMPETÊNCIA EM RELIGIÃO: CAMINHOS PARA A JUSTIÇA INFORMACIONAL

Dar visibilidade e reconhecimento para as culturas e religiões historicamente perseguidas constitui uma forma de contribuir para a realização de uma reparação histórica, promovendo, por exemplo, no contexto das religiões, a desvinculação entre a imagem e a mitologia das divindades africanas e a representação dos santos católicos.

Pautado no desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre ColInfo e sua práxis, o Nersi é um núcleo de estudos criado em 2019, fruto das atividades de ensino, pesquisa e extensão, com foco em recursos, serviços e práxis informacionais.

Distribuído em quatro linhas de pesquisa: Informação e saúde; Informação e emancipação social; Uso ético da informação e Recursos e serviços de Informação, o Nersi tem desenvolvido estudos e ações sobre ColInfo, Competência em Religião com vistas à promoção da JI no contexto religioso.

A JI tem como princípio fundante que as pessoas são fontes de informação, sujeitos informacionais e buscadoras de informação conforme Mathiesesn (2015) e Garcês-da-Silva *et al.* (2022, 2023). Quando adaptada ao contexto religioso, a JI pode contribuir significativamente para a redução de estereótipos negativos atribuídos pelo olhar religioso eurocentrado, que discrimina características culturais, históricas e sociais de origens africanas.

Considerada pelo contexto religioso, a JI contém em seu cerne essa reparação histórica que informa sobre a cultura e religiões de matrizes africanas sob a visão dos povos que foram dominados e tiveram suas memórias e culturas apagadas, o que se denominou memoricídio (Missiato, 2021; Garcês-da-Silva; Garcez; Silva, 2022).



O memoricídio constitui-se, em relação aos povos africanos, que foram trazidos ao Brasil para ser mão de obra escravizada, nesse apagamento de memórias, culturas, línguas, identidades que era promovido até mesmo por meio da junção de pessoas de diferentes grupos e etnias, resultando na falta de comunicação ou disputa entre esses grupos (Missiato, 2021; Garcês-da-Silva; Garcez; Silva, 2022).

Os danos causados pelo processo de escravização das pessoas africanas são incontáveis, entretanto é possível construir caminhos de reparação. Assim, com vistas a combater injustiças epistêmicas, entre elas, o memoricídio, a JI possui oito princípios desenvolvidos por Garcês-da-Silva *et al.* (2022, 2023) que são a base para a Justiça Informacional Antirracista (Figura 1):

Figura 1 - Princípios da Justiça Informacional



Fonte: Garcês-da-Silva *et al.* (2022, 2023).

Descrição: A imagem é um infográfico intitulado “Princípios da Justiça Informacional”, organizado em uma linha horizontal com oito princípios enumerados de um a oito, cada um representado por uma cor diferente e acompanhado de uma breve descrição.

No âmbito dos estudos que inter-relacionam CoInfo, Competência em Religiões e racismo religioso, os princípios um e oito são os mais pertinentes no enfrentamento ao racismo religioso, bem como na preservação da memória e cultura de matrizes africanas, visto que, para a promoção da JI nesse contexto, é preciso problematizar práticas e discursos racistas historicamente naturalizados ao longo dos séculos. É nesse contexto que surge no Nersi a proposta da série Informação, Axé e Prosa, que será detalhada na seção seguinte.



5 PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de um relato de experiência das práticas de pesquisa em comunicação do Nersi. Tal ação se insere nos debates sobre Informação e emancipação social, bem como Recursos e Serviços de Informação, promovidos no núcleo de pesquisa, dialogando com os estudos sobre Competência em Religião. Nesse relato, compreende-se, assim como França (2016, p. 155), que “a comunicação tem uma dimensão sensível, é um fenômeno concreto, presente em nossa realidade”. Compreende-se também que a comunicação participa das lutas materiais e discursivas da sociedade, podendo alterar contextos de produção, revolução ou manutenção de imaginários.

Considerando a confluência entre a JI e a Competência em Religião, nasceu a série de vídeos denominada Informação, Axé e Prosa. A estrutura da série considera que a complexidade que constitui as religiões de matrizes africanas e inter-relaciona várias áreas do conhecimento para disseminar informação que possa combater a desinformação em torno das religiões de matrizes africanas, desmitificar estereótipos negativos, trazer elucidações sobre o sincretismo e sua relação com o embranquecimento e invisibilização dos elementos identitários africanos subjugados aos padrões religiosos e culturais eurocêntricos.

A série de caráter contínuo, tem como objetivo, compor os processos de difusão de informação ligados à ancestralidade negra brasileira, à JI, à equidade em informação e ao combate ao racismo religioso. Com materiais críticos e fundamentados na prática religiosa de matriz africana, o projeto busca contribuir para análise, de forma crítica e ética, da informação de matriz religiosa. Além disso, busca reivindicar, por via das práticas informacionais, o fortalecimento de políticas públicas no âmbito da informação que cumpram o inciso VI do artigo nº 5 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988).

6 RESULTADOS INICIAIS E DISCUSSÕES RELACIONADAS

Até a produção deste, no mês de maio de 2026, a série se constituiu em cinco episódios, que se dividiram nas seguintes temáticas:

Episódio 1: Competência em Religião e luta contra o racismo religioso – tal episódio abriu a série no dia 21 de janeiro de 2026, dia nacional de combate à intolerância religiosa e dia mundial das religiões. O vídeo se propõe a apresentar a data como um



chamado à sociedade para responsabilidade com a luta contra o racismo religioso. No decorrer do vídeo, debate-se sobre como a informação religiosa compõe o cenário social no Brasil e como a Competência em Religião, uma das vertentes da Competência em informação, pode ser um dos meios de lutar contra a intolerância e o racismo religioso (Nersi, 2026).

Episódio 2: Exu é o Orixá dos caminhos e do equilíbrio, não o diabo! – esse episódio foi lançado em uma segunda-feira, dia emblemático devido à tradição de culto ao Orixá Exu às segundas-feiras. Exu abre os episódios temáticos sobre cada Orixá, uma vez que, de acordo com o fundamento, ele é o primeiro a ser saudado para dar caminhos e a comunicação com o Orun e os demais Orixás. Nesse primeiro momento, é discutido o papel que o catolicismo e o pentecostalismo exercem na demonização do Orixá (Nersi, 2026).

Episódio 3: Desconstrução imagética de Yemanjá – vídeo lançado no dia 2 de fevereiro de 2026, dia de celebração à Orixá Yemanjá. Debateu sobre o processo de sincretismo no Brasil, questionando criticamente as profundas transformações implementadas que impactaram a forma como a imagem da Orixá foi socialmente (des)construída e difundida (Nersi, 2026).

Episódio 4: Intolerância religiosa e os debates sobre sincretismo – vídeo em que se questiona a construção do sincretismo e o memoricídio da complexidade do pensamento e da espiritualidade africana. Debate sobre questões como o ajustamento exterior (Carmo, 2021) para aceitação de uma sociedade branca e racista (Nersi, 2026).

Episódio 5: Para além do sincretismo: Ogum para os povos afro-diaspóricos – o vídeo foi lançado em 23 de abril de 2026, dia de celebração do Orixá Ogum. Debate sobre o sincretismo brasileiro e a associação imagética de Ogum a São Jorge, um santo católico. Aborda como isso impactou a construção e difusão social da imagem do Orixá. Todavia, para além do sincretismo, o episódio fala sobre quem é o Orixá Ogum a partir dos fundamentos da ética nagô e por que, no Brasil, a feijoada é ofertada (Nersi, 2026).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do texto, contextualizou-se o papel social da Colnfo, sua relação com diversos contextos da vida, inclusive com o religioso. Nesse sentido, descreveu-se



brevemente a Competência em Religião e sua relevância para analisar, de maneira crítica e ética, episódios que envolvam religiões, bem como a informação por elas produzida e disseminada em sociedade, no âmbito público e privado. A Competência em Religião, por analisar as intersecções das religiões na sociedade, pautando-se em estudos culturais, pode contribuir para a análise e a mitigação dos episódios de racismo religioso tão recorrentes no cenário brasileiro.

Assim, traçou-se um breve histórico do processo da captura dos povos africanos trazidos em situação de escravização, e da execução do memoricídio por meio de várias estratégias de apagamento de identidades, culturas e religiões das pessoas africanas. Destarte, foi possível argumentar sobre a inter-relação entre CoInfo, Competência em Religião e JI, relatando a experiência do Nersi com a produção da série “Informação, Axé e Prosa”.

A sequência de vídeos comunicacionais tem sido divulgada na rede social do Nersi, trazendo problematizações, reflexões e indicações de referências em torno ao racismo religioso e seus desdobramentos, sincretismo religioso, embranquecimento e memoricídio das culturas e religiões africanas.

Pretende-se dar continuidade à sequência de vídeos, contribuindo para a análise crítica e ética da construção do racismo religioso no cenário, bem como para seu enfrentamento por meio da disseminação da informação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Paula Meneses. **Competência em Informação**. Belo Horizonte: UFMG, 2023. Material da disciplina Tópicos Especiais em Ciência da Informação IV: Estudos Avançados em Competência em informação, ministrada no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFMG em 2023.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1981.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério de Direitos Humanos e Cidadania. **Painel de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos: 2025-2026**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados>. Acesso em: 21 maio 2026.



CARMO, Cláudio Márcio do. Sincretismo e antissincretismo como indicadores e fontes de resistência no Brasil. **Revista da ABPN**, v. 13, n. 37, p. 410-427, jun./ago. 2021.

FRANÇA, Vera Veiga. O objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org.). **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 153-175.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro *et al.* Construindo caminhos: delineando os princípios da justiça informacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: ANCIB, 2022.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro; GARCÊS, Dirnéle Carneiro; SILVA, Rubens Alves da. Conhecimento das margens: da injustiça epistêmica à valorização do conhecimento negro em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 27, n. 1, p. 1-19, 2022.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro *et al.* Princípios da justiça informacional. In: LIMA, Izabel França de; MOURA, Maria Aparecida (org.). **Informação, estudos étnico-raciais, gênero e diversidades**. [S. l.]: Rocha Gráfica e Editora, 2023.

MATHIESEN, Kay. Informational justice: a conceptual framework for social justice in library and information services. **Library Trends**, v. 64, n. 2, 2015. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2937417. Acesso em: 12 abr. 2026.

MISSIATO, Leandro Aparecido Fonseca. Memoricídio das populações negras no Brasil: atuação das políticas coloniais do esquecimento. **Revista Memória em Rede**, v. 13, n. 24, 2021.

MOORE, Diane L. **Overcoming religious illiteracy**. New York: Palgrave, 2007.

OLIVEIRA, Cleiton. **A prole de Caim e os descendentes de Cam: legitimação da escravidão em Portugal e a influência das Bulas Dum diversas (1452) e Romanus Pontífex (1455)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História Ibérica) – Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2018.

ROGERO, Tiago. **Projeto Querino: um olhar afrocentrado sobre a história do Brasil**. São Paulo: Fósforo, 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUSA, Eliane Silva de Sousa. **Competência em Informação e Religiões: um programa que reúne, lado a lado, fé e pensamento crítico**. 2024. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

